

Graciliano Ramos e a Revista *Cultura Política*

GABRIELA DE OLIVEIRA NERY COSTA¹

As intrincadas relações estabelecidas entre intelectuais e regimes autoritários sempre captaram o interesse de historiadores e cientistas sociais. O fascínio pela possibilidade de se encontrar figuras renomadas da intelectualidade dentre as fileiras colaboracionistas - ou de perseguir este avesso e se deparar, no garimpar das fontes, com um ferrenho opositor ao governo -, instiga pesquisas e esforços de análise dentre as mais diversas conjunturas. No entanto, parece trivial, mas necessário, ressaltar o fato de que eram minoritários os que se encaixavam nos extremos desta régua. De fato, a grande maioria dos intelectuais situava-se no entremeio destas posições, oscilando diante das complexidades, experiências e contingências às quais eram submetidos.

Graciliano Ramos encontrava-se dentre o grupo de intelectuais que tiveram suas trajetórias entrecortadas pela ditadura implantada no Brasil no ano de 1937 e que se estendera até o final de 1945, o Estado Novo. Durante este período de exceção, o autor alagoano, como tantos outros, remetera trabalhos às publicações oficiais do regime - em seu caso específico para a revista *Cultura Política* - e perseguir a conjuntura em que se deu a sua série de publicações dentro da seção de *Quadros e Costumes do Nordeste* deste periódico é, também, uma busca por entender de forma matizada as relações tecidas entre intelectuais e o governo estadonovista.

A *Cultura Política* foi uma publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que circulou durante o Estado Novo, do qual Getúlio Vargas era o chefe máximo. Fundada com o intuito de ser a porta-voz do regime, propagadora e defensora de suas políticas e ideologias, a revista foi publicada mensalmente entre os anos de 1941 e 1945, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O periódico materializava concepções caras ao regime. Assim, é possível perceber com nitidez em suas páginas o amplo esforço realizado pelo Estado “em fazer produzir, ou aproveitar

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, EFLCH-UNIFESP, e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

para seu uso, um conjunto de princípios e ideias, pelos quais se auto-interpretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileiras” (OLIVEIRA: 1982, p.9). Estes novos discursos foram edificados como alicerces para a formação de novas normas e valores de nacionalidade, estreitamente vinculados ao Estado Novo, seu conformador (GOMES: 1998). Tais elementos tomavam parte no complexo cenário sócio-político do período e se tornariam matéria-prima das páginas da revista.

No cerne das análises que tomavam as linhas de *Cultura Política*, situava-se a defesa de que o Estado brasileiro era naturalmente centralizador e, quando se desviava dessa natureza, enveredava-se por descaminhos que levavam o país ao desgoverno e ao atraso (GOMES: 1998). Dentro desta perspectiva, tornou-se instrumento corriqueiro das diretrizes político-culturais estadonovistas buscar a legitimação do regime através da ideia de que havia um fio condutor da história nacional que desembocara na ditadura de Getúlio Vargas - resultado do encontro acurado entre o povo e seu governo -, ao passo que se forjava a sua antítese fracassada e um conjunto de ideais a serem combatidos, encarnados pela Primeira República. De forma ampla, as palavras de Rosário Fusco na apresentação da seção *Brasil Social, intelectual e artístico*, na primeira edição de *Cultura Política*, são reveladoras dos diagnósticos elaborados pelo Estado Novo:

“Hoje, podemos afirmar que existe uma política brasileira que é uma autêntica expressão do nosso verdadeiro espírito social. Nêsse espírito social ajustaram-se as necessidades as necessidades do nosso presente com às conquistas do nosso passado, para formarem essa permissão tríplice da política, que nos concede *agir, pensar e crias*, no Brasil, para o resto do mundo, associando o nacional – que marca as atividades de um povo – ao universal, que constitui a aspiração de uma inteligência. (...) [O homem brasileiro] Protegido por novas leis e novos departamentos de vigilância de seus interesses (...) sua situação em face da família, e a de sua família, em face da sociedade, é infinitamente superior.

Por outra parte, o sindicato e o instituto de aposentadoria e pensões veio assegurar ao seu presente a certeza de um futuro diverso daquele do trabalhador da primeira república.”²

A ênfase no aparelhamento do Estado - na criação de novas leis e mecanismos de regulação da vida social em diversos âmbitos, incluindo órgãos diretamente ligados à regulação das atividades do mundo do trabalho -, estava na esteira da crítica à democracia liberal e não deixa dúvidas sobre a importância do periódico na divulgação da ideologia do regime. A forma como estas críticas eram tecidas caminhava de maneira

² *Cultura Política*, Rio de Janeiro, março de 1941, ano I, vol. I, p.228.

a destacar os problemas atribuídos ao liberalismo democrático, em compasso com o enaltecimento do centralismo estadonovista, representado na figura de Getúlio Vargas. Desta forma, articulava-se o discurso de que a concretização de projetos aptos a dar respostas aos impasses vividos pela sociedade brasileira só poderia se dar ao fornecer todo o poder ao Estado. Ele seria o único capaz de “promover a coesão nacional e de realizar o bem público, para além dos interesses reais, mas mesquinhos dos indivíduos e dos grupos” (OLIVEIRA: 1982, p.24). Ficava claro, a partir destas ideias, que parte da crítica estabelecida à Primeira República se concentrava em atacar seu federalismo, visto como meio de priorizar demandas de pequenos grupos políticos a despeito dos interesses nacionais, o que era utilizado como meio para exaltar o centralismo do Estado Novo. Esta crítica endereçada às elites dirigentes não deixava de alcançar, também, à intelectualidade organicamente ligada a estas classes - acusada de falhar na elaboração de soluções para os problemas do país.

Os anos de crise do pós-Primeira Guerra Mundial apresentaram ao mundo o desafio de elaborar novos caminhos e projetos alternativos à liberal-democracia. Uma das vias percorridas pela intelectualidade era a de um nacionalismo próprio ao século XX, que supunha a possibilidade da “identificação de todos os membros de uma sociedade com um destino cujos traços se originam no passado, são identificáveis no presente e asseguram um destino comum.” (OLIVEIRA: 1982, p.26). Parte desta concepção de nacionalismo tomava distância dos ideais românticos mais ajustados ao século XIX, que buscava pelo grupo primário ou a comunidade constitutiva de uma nação. As novas ideias nacionalistas, reelaboradas no século XX, se pautariam em um Estado forte, investido da função de administrador e de sustentáculo de toda a ordem social.

De posse destas percepções e tomando-as também para a realidade brasileira é possível perseguir, assim, a importância da propagação das ideias nacionalistas por parte do regime estadonovista. Era necessário que se criasse todo um sentimento de coesão nacional, pelo qual cada indivíduo seria investido de cidadania pelas mãos do Estado, e também se tornaria responsável pela riqueza do conjunto da nação. Tudo sem perder de vista a centralidade estatal como administrador da sociedade. Neste sentido, Angela de Castro Gomes é precisa ao apontar que o regime estadonovista elaborou um

novo conceito de cidadania baseado no cidadão-trabalhador, conceito este que se alicerçava nas relações estabelecidas entre riqueza e trabalho e cidadania e trabalho (GOMES: 1982, p.53). Para a autora, essa nova formulação deita raízes num longo processo de reconhecimento da pobreza como um entrave para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Iniciado com a abolição da escravidão e ganhando fôlego na Primeira República – especialmente por conta da forte mobilização dos trabalhadores, que alcançou as vias parlamentares -, tais preocupações se aglutinaram em torno do que ficou conhecido como “questão social” e ultrapassou o fim da década de 1920 adentrando à década seguinte.

Gomes aponta uma diferença substancial entre o panorama do início do século XX para a conjuntura dos anos 30. Neste último período haveria uma crescente “demanda de novas esferas de intervenção do Estado que incluíssem áreas como educação, saúde e o mercado de trabalho” (GOMES: 1982, p.54). Todas estas áreas seriam abarcadas dentro de um amplo esforço estatal pela superação da pobreza, que era tomada como fruto do abandono da população até a década de 1930. Para tanto, as classes populares, ou subalternas, foram trazidas para o centro dos debates tecidos pela intelectualidade, e parte dela se dedicou a estabelecer políticas que fossem capazes de promover a valorização do trabalho e do cidadão, com o objetivo de formar uma classe de trabalhadores desvinculada da situação de pobreza. Esta situação seria “o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania” para o Estado Novo (GOMES: 1982, p.55). Os intelectuais ganharam, assim, posição de destaque dentro do projeto político estadonovista como os verdadeiros indivíduos capazes de contribuir com soluções para os impasses nacionais.

Antonio Gramsci (1982) escreve uma série de considerações importantes a respeito da categoria dos intelectuais que podem ajudar a compreender esta complexa relação entre a intelectualidade nacional e o projeto político-ideológico desenvolvido pelo Estado Novo. Tomando-se como ponto de partida a já amplamente debatida categorização estabelecida pelo autor a respeito dos intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais, o que interessa aqui, sobretudo, é a avaliação de Gramsci sobre a forma como estes deveriam encaminhar suas ações dentro do que chamou de um “novo intelectualismo”, nascente entre os anos de 1920 e 1930:

“O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro (...); da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se chega à ‘dirigente’ (especialista mais político)” (GRAMSCI: 1982, p.8)

Gramsci prossegue no desenvolvimento de sua análise e reitera que assim se formariam, historicamente, categorias especializadas no exercício da função intelectual, e esta formação aconteceria em conexão com os diversos grupos sociais que compõem a sociedade. O autor assinala que o grau de complexidade da elaboração destes conjuntos se daria proporcionalmente ao nível de ligação que estabelecessem com as classes dominante. Por fim, Gramsci traz uma preciosa consideração ao afirmar que uma das principais características da intelectualidade orgânica é a sua “luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais” (GRAMSCI: 1982, p.9). Este conjunto de considerações parece estabelecer um interessante diálogo com a política estadonovista.

Durante o Estado Novo, a intelectualidade ligada ao Estado investiu-se da concepção de elite esclarecida e tomou nas mãos a ideia de que deveria ser parte nos processos decisórios do governo. Lúcia Oliveira, mais uma vez, explica como essa noção não era nova, e nem exclusiva da conjuntura brasileira, mas remetia à já tratada crítica à democracia liberal. Parte destas críticas moldaram o que ficou conhecido, segundo a autora, como a teoria elitista da sociedade, e esta se encaixava perfeitamente nas intenções assumidas pelos intelectuais nacionais. (OLIVEIRA: 1982). Os elitistas evocavam a ideia de que havia uma elite estratégica que era fruto de uma desigualdade natural entre os homens, o que lhes daria o privilégio da prática do poder. Este elitismo também se afinava com as teorias que buscavam deslegitimar a crença tanto na sabedoria popular, como na ideia de consenso ou do exercício da vontade da maioria. É notório que este conjunto de ideias ia de encontro ao pensamento centralizador e autoritário desenvolvido pelo Estado Novo.

As considerações tecidas aqui exigem um pequeno esforço de síntese, antes que se adentre às análises propriamente ditas das contribuições de Graciliano Ramos para a revista *Cultura Política*. O que se tentou indicar com esse conjunto de ponderações é

que o projeto político estadonovista se inseriu dentro de uma ampla conjuntura internacional, que buscava novos caminhos mediante à crise da liberal-democracia, destacando-se as vias do nacionalismo, do centralismo e do elitismo. Desta forma, e retomando Gramsci, é possível apontar que parte da intelectualidade brasileira se investira da função de direção na condução da vida política nacional, especialmente os intelectuais orgânicos ligados às classes dominantes. Foi sob esta perspectiva que estes intelectuais também se esforçaram para trazer para as fileiras ideológicas estadonovistas uma série de literatos, artistas, filósofos, cientistas – considerados pelo autor italiano como intelectuais tradicionais – e coloca-los em favor da produção ideológica do regime.

É necessário ressaltar, por fim, que dentre esta complexa relação entre intelectualidade e Estado havia uma série de conflitos, mediações, contradições, recrudescimento e arrefecimento de tensões, e, especialmente, barganhas entre o Estado e o intelectual que viveu sob o regime. Desta forma, as questões que se ensaiam a diante giram em torno da pluralidade de possibilidades de ação e de produção que os intelectuais elaboravam durante o Estado Novo, com foco nos textos escritos por Graciliano Ramos para *Cultura Política*.

Graciliano Ramos e *Quadros e Costumes do Nordeste*

Graciliano Ramos foi um escritor amplamente reconhecido em vida. Basta uma breve pesquisa por jornais e revistas, especialmente a partir de 1936³, para encontrar inúmeras referências quanto à alta qualidade de suas obras – constituindo-se como uma espécie de parâmetro na cena literária nacional a partir da segunda metade da década. Tal reconhecimento cresceu exponencialmente após sua morte, desdobrando-se, sobretudo a partir da década de 1960, em uma série de reedições de seus livros, organizações de coletâneas de textos avulsos, e trabalhos, acadêmicos ou não, sobre sua vida e obra. Entre os aspectos mais destacados da biografia de Ramos estão sua prisão pelas forças varguistas, sob acusação de integrar os levantes comunistas no ano de 1935,

³ Ano em que Graciliano Ramos é exonerado da função de diretor da Instrução Pública de Alagoas e é preso. Ano também em que *Angústia* é publicado.

e também sua filiação ao Partido Comunista a convite de Luiz Carlos Prestes, tão logo caíra o regime estadonovista em 1945. Se o simples apontamento destes fatos parece indica um autor sempre alinhado à militância comunista, ou ao menos em franca oposição ao Estado Novo, sua destacada contribuição para *Cultura Política* traz novas matizes para o estabelecimento do perfil do autor alagoano.

Na investigação dos diversos fatores que circundam esta questão, não será feito propriamente um estudo do periódico estadonovista, trabalho que exigiria muito mais do que algumas linhas, para além de uma extensa e cuidadosa pesquisa em seus diversos volumes, que não raro ultrapassavam três centenas de páginas. Fundamentalmente, as atenções serão voltadas para a seção *Quadros e Costumes do Nordeste*, nome que sofreu ligeiras mudanças com o passar dos anos, e que fizera parte por diversas edições do expediente de *Brasil Social, Intelectual e Artístico*.

Quadros foi uma seção produzida com o intuito de trazer para as páginas de *Cultura Política* informações sobre a sociedade nordestina em seus mais diversos aspectos, e isso se deu através do olhar de um escritor nordestino. É importante lembrar que o periódico circulava apenas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que traz um sentido específico à seção dos quadros do Nordeste: uma ideia de desvelação, desbravamento e aproximação de uma área bastante distante da região da capital para os habitantes daquelas cidades. Era necessário, assim, que as diversas partes do país fossem apresentadas, conhecidas e reconhecidas como ponto fundamental do projeto governamental para se chegar no que acreditavam ser o Brasil real, e produzir, a partir disso, uma nação moderna, atrelada ao Estado e nos moldes do regime.

Esta busca por analisar e apresentar a realidade nacional, colocar o que se considerava o verdadeiro povo brasileiro em destaque, era partilhada por grande parte da intelectualidade durante os anos de 1930 e 1940, e não se restringia aos intelectuais ligados ao governo. Artistas e literatos como Jorge Amado, Cândido Portinari, José Lins do Rego, Tomás de Santa Rosa, Rachel de Queiróz, entre outros tantos - o que incluía Graciliano Ramos - partilhavam desse princípio e trouxeram para o centro de suas obras as classes populares em seu cotidiano de instabilidade econômica, social e política. No tracejar deste caminho, trouxeram também suas visões sobre a cultura e expressão

populares, e era neste conjunto que acreditavam se constituir a verdadeira realidade nacional.

No caso específico de *Quadros e Costumes do Nordeste*, parece claro que ele deveria se configurar como uma espécie de fonte para acessar um universo pouco conhecido por parte das populações urbanas paulistana e carioca. A partir disso, é possível ir um pouco além e afirmar que para estas e todas as demais páginas das seções de quadros e costumes – que se destinavam também ao Norte, Centro e Sul – era dada aos autores a possibilidade de manejar o uso de um tempo folclórico, transitar dentre uma temporalidade não determinada, o que lhes permitia formular visões amplas e abrangentes sobre os temas que abordavam, sem ater-se rigorosamente a marcações temporais específicas, misturando ficção e a realidade no traço das crônicas. Como afirma Castro Gomes, dentro de *Cultura Política* havia a existência de duas concepções de tempo e passado que conviviam: uma concepção histórica, cronológica, linear, e a outra era justamente esta concepção folclórica e a-histórica (GOMES: 1998). Este recurso fora habilmente dosado por Graciliano Ramos: ao se observar os textos produzidos para a seção de *Quadros e Costumes do Nordeste*, observa-se que era justamente este regime de temporalidade que permitia que o autor conseguisse alargar suas análises sobre a região nordestina, e trazer, através do contar do cotidiano e dos costumes, reflexões que também recaíam sobre o funcionamento da sociedade brasileira de forma abrangente. Como anunciava o próprio autor “A pátria é um orangotango; nós somos um sagui. Diversidade em tamanho, inclinações idênticas. Imitações, adaptações, reproduções – macaqueações.” (RAMOS: 1981, 60-61).

É importante destacar que o que predominava, desta forma, não era a folclorização da cultura do Nordeste, com a fetichização e apresentação de tradições cristalizadas no tempo; pelo contrário, o que se via era o contar de uma sociedade dinâmica no confronto de suas contradições e tensões.

A partir disso, tomar a primeira crônica do autor alagoano para *Quadros* é ter uma boa amostra de como o autor, e os editores da revista, encaminhavam a seção dentro de *Cultura Política*. O primeiro texto fora publicado sem título específico, como em todas as demais seções de quadros e costumes, vindo a público apenas como

Quadros e Costumes do Nordeste I. A crônica fora precedida de uma breve introdução elaborada pelo próprio periódico, que apresentava Graciliano Ramos como um dos maiores escritores nacionais, destacava a grande circulação das obras do autor em jornais e revistas do país, bem como evidenciava a qualidade de seus romances. Esta breve introdução prosseguia comentando sobre o conteúdo da crônica de estreia da seção e trazia uma interpretação específica do texto de Ramos:

“(...) Neste número inaugural, ele [Graciliano Ramos] nos dá um flagrante da grande festa popular – o Carnaval – tal como decorre nas cidadelas do interior nordestino. É um pequeno pedaço desse Brasil que ainda foge ao ímpeto renovador da civilização litorânea, desse Brasil tão diferente e tão grande...”⁴

Este pequeno excerto traz uma leitura reveladora de algumas das maneiras com que o periódico compreendia a seção de *Quadros*. Havia, por parte dos editores de *Cultura Política* a ideia fundamental de que se trabalhava dentro da dimensão do relato – “tal como decorre” – e também da busca pela revelação do exótico que, uma vez desvelado, seria submetido ao “ímpeto renovador da civilização litorânea” pelo projeto conservador de modernização empreendido pelo Estado Novo⁵. Era parte essencial desta política superar o que consideravam as névoas do atraso - de um mundo que relutava em aderir aos parâmetros considerados civilizados - e criar uma nova nação dentre os moldes da modernidade urbana, litorânea, industrializada. Trazer à tona as diversas partes “desse Brasil tão diferente” era essencial para a aplicação destas diretrizes, e *Quadros e Costumes do Nordeste* constituía-se como peça desse processo.

As questões indicadas na introdução à primeira crônica dos *Quadros* contrastavam com o próprio texto do autor alagoano. Nele eram apresentados os festejos de carnaval numa pequena cidade de cerca de cinco mil habitantes, cidade esta que estava a abrigar os engenheiros da Great Western, suas famílias, e a promessa da ferrovia que tardava a chegar. A cidade também abrigava uma usina elétrica, que estava encarregada de não deixar as esposas dos engenheiros na escuridão diante da expansão da iluminação

⁴ *Cultura Política*. Rio de Janeiro, março de 1941, Ano 1, Vol.1, p.236

⁵ A ideia de civilizar e modernizar eram grandes motes do projeto político estadonovista. É bastante comum, desta forma, encontrarmos binômios como litoral e interior, moderno e atrasado, urbano e rural, como chaves de explicação amplamente utilizada tanto por intelectuais como pela burocracia do próprio Estado para indicar o que deveria ser superado em justaposição ao que deveria ser alcançado: resultado deste projeto de modernização conservadora empreendido pelo Estado Novo

pública, com suas lâmpadas sempre mortíferas. Quando se tratava dos festejos carnavalescos propriamente, tudo era apresentado de forma irônica sob os mesmos ventos da ordem e da modernidade: os três ou quatro automóveis da cidade circulavam pelo largo onde ocorria a festa, tomados como prova de que o carnaval da cidade melhorara consideravelmente; os foliões que antes saíam incomodando os cidadãos com tintas e água, agora não apareciam mais, dando lugar a uma marchinha ordeira da banda no coreto. Apesar disso, alguns deslizos ainda se mantinham, como o incidente envolvendo a filha do telegrafista, que recebera um banho de lança perfume do ajudante da farmácia, causando certo constrangimento para a prefeita frente as autoridades que acompanhavam o evento. Apesar disso, o cronista confirmava: “Agora estamos civilizados, bastante civilizados”⁶ e prosseguia:

“A cidade, tradicionalista, acomoda-se aos hábitos modernos. Acomoda-se, pois não. É o que diz muitas vezes o promotor, homem de leitura e poesia. Acomoda-se devagar. Nada de choques, perturbações. A prefeita admira e teme certas liberdades, ora boas, ora ruins. Quer explicar-se, usa solilóquios e atrapalha-se.”⁷

Tudo isso fora situado como nos tempos em que “Santos Dummont ensaiava seus primeiros vôos baixos em Paris, com muitas quedas, e não se dava crédito aos telegramas que os anunciavam.”⁸ O cronista, através de uma construção absolutamente irônica da ordem como fruto do avanço da tecnologia, produz situações verdadeiramente cômicas, e a principal delas era a busca por “civilizar” até mesmo o carnaval da pequena cidade, o que se traduz num grande descompasso engendrado por um projeto de modernidade que carecia de sentido aos habitantes da cidade do interior. Além disso, se a temporalidade atribuída pelo cronista ao texto remontava ao início do século XX, o cenário por ele construído comportava temporalidades e localidades muito mais abrangentes do que os anos iniciais da Primeira República e a região Nordeste.

A forma como Graciliano Ramos desenvolveu sua crônica, por um lado, poderia aproximar-se, forçosamente, da leitura efetuada pela introdução dos editores ao seu texto. Por outro lado, a cidade ficcionalmente retratada por Ramos parecia, de fato, tomar pelas mãos a ideia por várias vezes repetida pelo autor de que as regiões eram

⁶ *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Março de 1941, ano.1, Vol.1, p.237

⁷ *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Março de 1941, ano.1, Vol.1, p.237

⁸ *Cultura Política*. Rio de Janeiro, agosto de 1941, ano.1, Vol.7, p.264

manifestações, em ponto pequeno, do que o país manifestava em larga escala. (RAMOS: 1979, p.51). Este conjunto de variadas leituras pode indicar que o autor alagoano buscava possibilidades de distender as margens impostas pelas diretrizes políticas do periódico, a partir da mobilização do tempo folclórico enunciado por Castro Gomes, e traria para dentro de suas crônicas um universo abrangente e ambíguo que permitia leituras diversas⁹.

Esta ambiguidade e abrangência também tomava o segundo texto publicado por Ramos, já na edição de abril de 1941, que tratava dos mandos e desmandos da personagem de D. Maria Amália - esposa de um chefe político influente que já fora prefeito, deputado e senador - que vivia a perseguir o Governador de seu estado. A apresentação à crônica, redigida mais uma vez pelos editores, atribui uma série de interpretação ao texto Ramos e é bastante esclarecedora:

O sistema eleitoral da Primeira República, creou, no interior do Brasil, curiosos tipos de caudilhos. (...) Todo um grupo de interesses pessoais se organizava em torno destas figuras, que comandavam os negócios locais. Cada uma delas podia repetir a frase simbólica de Luís XIV: "L'Etat c'est moi". E era mesmo. Depois de 1937 as coisas mudaram de rumo. Essas figuras caíram, se apagaram, se dissolveram na onda revolucionária que introduziu novos costumes e novos modos de conduzir a vida regional. (...) E é a pena segura de um dos maiores romancistas do Brasil de hoje que nos vai pintar, em poucas palavras, esse quadro tão familiar aos que conheceram o Nordeste há alguns anos atrás.¹⁰

Ao contrário da temporalidade atribuída pela editoração da revista ao texto, é possível inferir, mais uma vez, que a ficção tecida por Ramos não restringia a personagem de D. Maria Amália a uma figura exclusiva do universo nordestino - apesar das referências geográficas que nele aparecem -, tampouco parecia pretender construí-la como figura exclusiva dos tempos da Primeira República. É possível, ainda, que a apresentação feita à crônica tenha sido elaborada em decorrência justamente desta falta de exatidão. Assim, a personagem de D. Maria Amália configurava-se como uma personagem típica do universo político nacional – presente nas mais variadas regiões - que acintosamente se utilizava de seu poder e influência para conseguir intervir nos

⁹ A dimensão folclórica que era atribuída a *Quadros* permitia que Ramos propusesse análises e críticas no interior de seus escritos que, estando dentro da descrição de um universo pretensamente distante e no horizonte de conquista do Estado Novo, não eram referenciados como um problema ou como questões que não e

¹⁰ *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Abril de 1941, ano 1, Vol.2, p.265

mais variados processos que julgava necessário. Ramos não coloca neste texto nenhum indicativo temporal, ao contrário da apresentação que o precede, nem sugerira que o golpe de 1937 tivesse produzido um novo panorama que indicava a extinção de figuras como a de D. Maria Amália. Seguramente, pode-se dizer que a personagem é uma faceta extremamente recorrente da política nacional durante todo o século XX.

Este narrar do cotidiano era matéria-prima mais importante da produção de Ramos para *Cultura Política*. Entretanto, e de maneira diversa das duas primeiras crônicas aqui apresentadas, o principal tema tratado pelo autor era o universo das classes populares. Ao tomá-las como centro de suas crônicas, Graciliano Ramos reforçava sua percepção metonímica de que as localidades refletiriam, sempre, o todo do país, incluindo seus conflitos sociais. Assim, ao trazer a história de uma batalha entre dos repentistas, Inácio da Catingueira, negro, filho de escravos, e Romano, um branco de família importante e dono de escravos, o autor habilmente traz à tona conflitos de classe, questões raciais e ainda joga luz às disputas entre os saberes popular e o científico, bem como faz uma crítica aguda ao uso da falsa erudição das classes letradas como forma de distinção social e instrumento de subjugação das classes subalternas.

Partes destas problemáticas são retomadas em *Um homem notável*¹¹. Questões de raça, de gênero e as disputas entre os saberes desenrolam-se nesta crônica absolutamente irônica sobre um homem branco e analfabeto, que prosperara e enriquecera nos negócios conciliando estes dois elementos: sua branquitude como forma de livrá-lo de trabalhos extenuantes, e seu analfabetismo como forma de mantê-lo distante das funções enfadonhas dos homens letrados – apresentadas como o local natural a um par de “olhos azues (sic)”. Quando a falta de letramento impusera algum obstáculo aos negócios, o “homem notável” teve seu remédio casando-se com sua secretária - e seus serviços antes remunerados são incorporados, tal qual mercadoria, para sua lista de bens adquiridos:

*“Para bem dizer tornou-se proprietário dos conhecimentos da mulher. Considerou-os coisas d’ele, como o brilhante, a cadeia, o relógio, os móveis, os semoventes e os imóveis”*¹²

¹¹ *Cultura Política*, Rio de Janeiro, maio de 1943, ano 3, vol.27, p.159-160.

¹² *Cultura Política*, Rio de Janeiro, maio de 1943, ano 3, vol.27.

A crônica se encaminha para apresentar, por fim, a personagem completamente assimilada pelas classes dominantes e letradas, conseguindo transformar seu analfabetismo num elemento que lhe conferia ainda mais distinção, a partir do momento em que dominara a teatralidade das elites sem que de fato tivesse domínio das letras. Para tanto, a posse dos conhecimentos de sua esposa continuava a ser fundamental, mas todo este panorama apresentado pelo cronista evidenciava justamente a falsa erudição das elites nacionais. Mais uma vez, é importante ressaltar a amplitude das questões tratadas, retomando as convicções de Ramos de que o que se reproduzia ali, em ponto diminuto, o Brasil, enquanto país, reproduzia em larga escala. Desta forma, é possível reafirmar a também que Ramos se batia contra a folclorização da cultura nordestina em suas crônicas, buscando sempre alinhar histórias que permitissem a interlocução com questões sociais de âmbito nacional, que residiam fundamentalmente no cotidiano das classes populares, em embate constante com as classes dominantes. Entretanto, para fazê-lo dentro da seção de *Quadros e Costumes do Nordeste*, era essencial que o autor elaborasse estratégias que lhe permitisse transitar por estes assuntos, e isso fora possível graças a dimensão folclórica dos *Quadros* para *Cultura Política*, e também da habilidade e controle que o autor alagoano tinha sobre seus textos. Esta fora, possivelmente, uma das características mais marcantes de sua produção para *Cultura Política*.

Considerações finais

Era certo que Ramos não se esquivava da temática nordestina, mas não dava às linhas de *Quadros* as formas estadonovistas através do acate. Também era certo que havia entre os escritos do autor e as diretrizes políticas do periódico aproximações importantes, fruto da partilha de um universo comum dentro do pensamento intelectual dos anos de 1930 e 1940, especialmente no que se refere à busca por uma verdadeira realidade nacional. Este aspecto de suas produções se encaixava perfeitamente com a proposta de *Quadros*.

Outro aspecto importante reside na centralidade dos intelectuais na elaboração político-ideológica do regime, refletida numa concepção elitista de exercício da política

que a restringia, através da censura e da repressão, às classes dominantes e aos grupos dos intelectuais. Da perspectiva do regime, Ramos fazia parte deste lugar e se beneficiava da liberdade dada aos homens de letras, sob o pressuposto de que eram os únicos considerados capazes de estabelecer críticas construtivas ao governo. Assim, ao acompanhar a trajetória de sua produção, é possível indicar um caminho tortuoso: o autor não se empenhava em reforçar as fileiras ideológicas do Estado Novo de maneira intencional e direta. Entretanto, tal percepção não exclui a ideia de que sua produção fosse usada nesse sentido em *Cultura Política*. Dentro desta dupla perspectiva, um outro fato bastante significativo sobre o caráter destas crônicas está no fato de que Ramos republicou os três primeiros textos remetidos à revista no jornal de orientação comunista *Tribuna Popular*, findo o governo Vargas. (SALLA: 2010)

Para além destes apontamentos, outras questões aparentemente triviais tomam contornos de centralidade. A primeira delas reside no simples fato de Ramos ter aceitado assumir *Quadros* e, além disso, desta ter sido uma de suas contribuições mais duradouras e regulares na imprensa. A autoridade e prestígio que os textos do autor alagoano conferiam à revista não podem ser negligenciados, tão pouco pode-se considerar que Ramos não tivesse isto em alta conta. É importante ressaltar, também, que ele contribuía para a revista *Atlântico*, periódico resultante de um acordo entre o governo de Getúlio Vargas e o governo de Antônio de Oliveira Salazar - o que reforça a ideia de que ele acolhia a possibilidade de publicações nas revistas oficiais. Por outro lado, é notório que as possibilidades de sustento dos intelectuais, apenas com seu ofício de escritor, eram bastante dificultadas, apesar do crescimento do mercado editorial no período. Além disso, as contribuições para *Cultura Política* eram muito bem remuneradas e grande parte da bibliografia que trata da vida e obra de Graciliano Ramos ressalta a condição de enorme insegurança econômica e social pela qual passara o autor alagoano durante o Estado Novo; (RAMOS: 1984; MORAES: 1993; MAIA: 2008; COELHO: 2011).

Este intrincado cenário se constituiu em meio a um universo comum de ideias partilhadas tanto pelos ideólogos estadonovistas como por intelectuais mais à margem do regime, o que tornava possível o estabelecimento de uma relação indireta e ambígua entre a ideologia estatal e a intelectualidade tradicional. Desta forma, é possível

aproximar a produção de parte dos literatos, artistas, filósofos e cientistas com a intelectualidade orgânica do governo, bem como perseguir o enorme esforço efetuado pela burocracia estatal em tentar trazer para suas fileiras esta intelectualidade tradicional.

Tomando estas possibilidades, pode-se avançar também no sentido de que parte destes intelectuais enxergassem formas de utilizar-se do grande aparato governamental para fomentar políticas e mudanças na sociedade. Como afirmara Carlos Drummond de Andrade, ao comentar seu duradouro posto como chefe de gabinete de Gustavo Capanema, trabalhava-se para o regime, e não pelo regime. (LAHUERTA: 1997) A questão, entretanto, permanece em aberto, e é necessário que as complexas relações entre intelectuais e regimes autoritários continuem rendendo debates e pesquisas que ajudem a compreender, cada vez mais, os entremeios do colaboracionismo à oposição.

Graciliano Ramos, sem dúvida, deu à *Cultura Política* peso e centralidade com suas publicações. O autor responsabilizou-se por uma série de crônicas que se ligavam a uma importante faceta do projeto político estadonovista: conhecer e reconhecer aquele Brasil “tão distante”, para que se dessem os passos necessários à criação, identificação e unificação de uma nova nacionalidade com o Estado. Por outro lado, a análise das crônicas de Ramos permite ver que não havia a produção deste cenário exclusivo ao Nordeste, mas um panorama múltiplo que tinha como principal aglutinador questões político-sociais que eram apresentadas no cotidiano de seus personagens. Assim, é possível indicar que o autor, ambigualmente, dava novas feições à seção de *Quadros e Costumes do Nordeste* e buscava conciliar sua necessidade de sustento com a chance de utilizar-se das estruturas do DIP para tratar de problemas que reconhecia como verdadeiramente nacionais e que mereciam ser trazidos à tona, na esteira de sua literatura militante. Se esta complicada conjuntura reitera que tanto o autor quanto *Cultura Política* tivessem projetos políticos que se aproximavam em certa medida, ela também reafirma a complexidade dos sujeitos históricos em suas contradições e dilemas frente às ideologias do período e à produção de condições materiais para sua sobrevivência.

Bibliografia

- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história da literatura*. 8ª São Paulo: T. A. Queiroz editor, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Angela Maria de Castro. “A ‘Cultura História’ do Estado Novo”. Em: *Projeto História*, vol.16, São Paulo, 1996, p.121-141
- GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª. Edição, 1982.
- LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. Em: LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 93-114.
- MAIA, Pedro Moacir. *Cartas Inéditas: de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*,. Salvador: Edufba, 2008.
- MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª. Edição, 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 4ª Edição, 1984.
- SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*, Tese de doutoramento, ECA-USP, 2010.
- THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1977.
- COELHO, Adriana. *Graciliano Ramos em seu tempo: o meio literário na era Vargas*, São Paulo: Terceira Margem, 2011.